

HISTORIOGRAFIA PORTUGUÊSA DO SÉCULO XX (1).

I. — SOB O SIGNO DE HERCULANO.

Há cem anos, em Portugal, Alexandre Herculano revolvia em espírito um vasto mundo novo de pensamentos e emoções. Instalou-se, após lutas heróicas, o regime da liberdade política e organizou-se paralelamente a literatura da liberdade, o romantismo, iniciado no exílio por Garrett. Literatura da liberdade até nos seus desvios de reacção, porque obedecia sempre ao seu pendor para fugir da realidade, quando criava utopias futuras e quando regressava a passados extintos.

Por aquela data, Herculano dirigia o *Panorama*, em que tinham aparecido as *Lendas e Narrativas* e iam saindo os seus pareceres sobre ardidias questões públicas. Já lançara a *Harpa do Crente*, e o *Monge de Cister*, e andava gestando em mente as *Cartas sobre a História de Portugal*, que apareceriam na *Revista Universal Lisbonense*, de Castilho, entre 7 de abril e 3 de novembro de 1842, e *Eurico*, o *Presbítero*, que só no ano imediato veria a luz.

Estavam fixadas as direcções principais do seu espírito — que eram também rumos novos da sensibilidade e do pensamento de Portugal e do Brasil; o publicista da liberdade; o poeta emanuéllico; o romancista histórico; e o historiador.

Celebremos êsse centenário decorrido após as *Cartas sobre a História de Portugal*, porque elas foram, como em França as *Lettres sur l'Histoire de la France*, de Augustin Thierry, a anunciação da reforma dos estudos históricos no mundo português, com larga projecção em Espanha e no Brasil, e com reflexos de alto apêço na Europa de além Pirineus.

No campo da historiografia estamos desde então sob o signo de Alexandre Herculano. A própria rebelião moderna contra a crítica liberal e racionalista, contra a visão, que êle nos deu, das origens da história pátria e do maquiavélico drama do estabeleci-

(1). — Reprodução de artigo estampado na revista *Economia*, n.º 36. Ano IV, São Paulo, maio de 1942, págs. 20-26, com a gentil autorização do autor (*Nota da Redacção*).

mento da Inquisição em Portugal, implica o reconhecimento das raízes profundas e resistentes que as suas idéias lançaram na consciência nacional.

Garrett, reformando o lirismo, restaurando o teatro, inaugurando o estudo das tradições nacionais, ensinando a amar e a viver esteticamente e românticamente; e Herculano, reformando a prosa novelesca e a historiografia, e exemplificando o tipo do perfeito cidadão do regime liberal, foram os dois grandes escultores da alma portugêsa nos decênios românticos. E foram-no dessa maneira eficiente e duradoura, porque as suas dedadas geniais seguiam tendências íntimas do barro, o espírito profundo da pátria e dos tempos. Felizes homens, que puderam viver a sua vida livremente e poderosamente, mas em acôrdo com os seus contemporâneos e naturais!

O primeiro expressa a inclinação constante do carácter português para condensar o universo na alma de cada um, na singularidade das reações pessoais, dos problemas de cada alma e dos amores de cada coração. O segundo representa outra permanente inclinação do gênio português, condensar o universo na memória, vê-lo como história, como um fluir de sucessos, que em cada momento se pode recuperar, numa grande indiferença pelas sínteses e pelas idéias gerais, pelas realidades ambientes e pelos problemas cotidianos. Garrett é o mundo como pessoal emoção lírica; Herculano é o mundo como história.

II. — A SOBREVIVÊNCIA DO SÉCULO XIX.

Esta dupla forma de apreender o universo mantem-se através dos tempos, embora, naturalmente, êsse ângulo diedro do horizonte espiritual português se defina mais visivelmente nos tempos heróicos, desde que Portugal teve muito que contar e cantar, muito para lembrar pela história e muito para celebrar pela epopéia, e nos tempos românticos, ao constituírem-se em gôsto reinante êsse lirismo e êsse historicismo.

Lirismo e memorialismo — seriam as duas rotas predominantes, em que eu fundiria hoje tôda a velha ladainha das características da literatura portugêsa, arquetada há uns trinta anos...

Eis porque no panorama da cultura literária ou humanística novecentista de Portugal a historiografia ocupa grande e nobre lugar (2). Mas o que parecerá estranho ao observador é que os

(2). — Não pensam assim, certamente por deficiência de informação, os srs. Professores Renouvin, Prêclin e Hardy. No volume IX, parte II, da coleção *Clio — Introduction aux Etudes Historiques. — L'Époque Contemporaine (1871-1919)*; Paris, 1939, escrevem: "Ainsi, dans ce pays d'activité historique faible, des monographies d'histoire littéraire ou une simple biographie suffisent à intégrer aux grands courants européens l'histoire d'un pays aussi particulariste que le Portugal".

reflexos mais ricos da reforma historiográfica de Herculano só a longa distância se acendam. Os contemporâneos veneraram devotamente o seu mestre mas preferiram o romancista histórico e o publicista ao historiador, porque eram êsses os matizes do seu espírito que melhor afinavam com a imaginação romântica. As lições do historiador foram recolhidas principalmente no âmbito limitado dos eruditos da Academia, dos arquivistas e paleógrafos; os investigadores mais fiéis ao espírito de Herculano, à sua objetividade sábia, ao seu apêgo documentar e até ao seu medievalismo serão do fim do século. Eu ainda os conheci e com alguns mantive amizade respeitosa: Gama Barros, Costa Lobo, Ramos Coelho, Sousa Viterbo, Alberto Sampaio. Estão memorados entre os frequentadores da Torre do Tombo numa pitoresca página de Pedro de Azevedo, por mim desenterrada de modesta revista provinciana:

“Eram Pinto de Carvalho, o cronista elegante dos séculos XVIII e XIX; o misantropo Costa Lobo, férreo estudioso, como João Pedro Ribeiro chamava a José Anastácio de Figueiredo; Gama Barros, o continuador de Herculano e só conhecido de alguns iniciados; o concentrado Ramos Coelho; o expansivo Aires de Sá e o irritável Sousa Monteiro; o matemático Antônio José Teixeira, o biógrafo do *praeceptor infelix* Dr. Antônio Homem, queimado pela Inquisição; o fidalgo Braamcamp Freire, presidente da primeira câmara municipal republicana de Lisboa; o *gentleman* Guilherme Henriques, de estirpe inglesa; o numismata Teixeira de Aragão; o brando Teófilo Braga, chefe de um govêrno revolucionário; o genealogista Visconde Sanches de Baena; o acadêmico Cristovam Aires e os seus ajudantes; o Nestor da nossa investigação, o bem apumado General Brito Rebelo, a quem se pode chamar o diretor científico do Arquivo da Torre do Tombo, e poucos mais” (3).

Dos “poucos mais” seriam o mesmo Azevedo, Antônio Baião, historiador do Santo Officio, Vitor Ribeiro, historiador da beneficência e das Misericórdias, Esteves Pereira, orientalista, e Edgar Prestage, historiador da diplomacia da Restauração.

Êstes nomes são sobrevivência da centúria passada, ecos do exemplo magistral de Herculano, de fidelidade ao documento e ao arquivo, e sinais da reação contra o conceito psicológico, econômico e dramático da história, segundo Oliveira Martins. Para a historiografia nacional, o século XX só principiou em 1910, sob a emoção do advento da República e das suas tendências anti-tradicionistas.

(3). — V. Limia, revista de Ponte do Lima; janeiro de 1911, reproduzido na *História dum “vencido da vida”*. Lisboa, 1930, págs. 23-24.

III. — ESPÍRITO HISTÓRICO.

Talvez fôsse eu quem primeiro expressou, ainda que baçamente, essa emoção do contraste dum regime demolidor, porque tanto anelara, com a tradição viva e os valôres permanentes da alma nacional, que uma convicta educação histórica me exaltava. Era a distância constante entre todos os sonhos e tôdas as realidades. Foi-lo nos dias imediatos à revolução, em *O Espírito Histórico*, manifesto juvenil em defesa da continuidade e do ponto de vista temporal para o estudo dos problemas nacionais. Extraía da história uma lição oposta à que dela tirava Vitor Ribeiro, fundador de uma *Biblioteca Histórica* para vulgarizar notícias sôbre a Revolução inglesa, sôbre a francesa, a espanhola, a portugûesa, uma apologia unilateral da demolição, uma biblioteca histórica anti-historicista... A minha visão também era unilateral, como apologia da evolução contínua e pacífica e como enlevo passadista. Mas detive-me a tempo no desenvolvimento das conclusões pragmáticas de tal atitude.

A fundação, em 1911, de uma sociedade de ciências históricas e uma renhida campanha de defesa das bibliotecas e dos arquivos religiosos, atingidos pela legislação sôbre as relações do Estado com as Igrejas, foram passos francos no caminho da ação social. Êste modesto grêmio histórico realizou durante longos anos fecundas sessões de trabalho, sem discursos nem louvaminhas. Era modesto pela forma do seu trabalho e pela sua escassez de meio, mas era opulento pelos nomes que o integravam: Gama Barros, Costa Lobo, Braamcamp Freire, Cristovam Aires, David Lopes, J. Leite de Vasconcelos, Fortunato de Almeida, Pe. Francisco Rodrigues, Pe. Luiz Gonzaga de Azevedo, Maximiano de Lemos, J. Lúcio de Azevedo, Edgar Prestage, Charles Oman, Sir Clements Markham, Oliveira Lima, Luciano Pereira da Silva, William Ker, Joaquim Bensaude e todos aquêles apontados nos índices da *Revista de História* desde janeiro de 1912 a dezembro de 1928 (4).

Só agora, tantos anos depois, eu meço tôda a extensão da bondade e da confiança dos homens ilustres, que prontamente acudiram ao chamamento duma voz moça e sem autoridade.

Eram historiadores todos êsses estudiosos, historiadores na acepção de construtores de grandes sínteses plásticas e interpretativas dos acervos episódicos? Nem todos, tanto entre os nomeados por Pedro de Azevedo na sua página recordatória como entre os que formaram a *Sociedade Portugûesa de Estudos Históricos*. Muitos dêles eram apenas beneméritos e probos carregadores de materiais, alguns simples arquivistas. Contribuíram todos com sólidas e

(4). — Esta revista, editada em Portugal pelo autor, é a predecessora da nossa. Vide *Revista de História*, n.º 1. São Paulo, 1951, págs. 1-2 (*Nota da Redação*).

valiosas renovações documentares para a obra historiográfica, mas nem todos chegaram a erguê-la. Muitos atomisaram a história, decompondo-a nos seus elementos profundos: a população e seu vaivém; as fomes e as pestes; os problemas diários do povo anônimo, a caça e a pesca, a lavoura e o regime da terra, as corporações e as classes... Pode-se dizer que o realismo da literatura (estudo do homem vivo) trouxe uma visão também mais realista à historiografia (estudo do homem passado), levou à consideração mais atenta das permanentes condições da vida pelos séculos abaixo. Até Oliveira Martins, ao recontituir-nos grandes quadros históricos, pôs em relêvo o realismo das preocupações econômicas da existência, em tôdas as claves, mesmo na heróica.

Mas essa decomposição atomística ou anatômica é só uma fase do trabalho historiográfico; tem de ser seguida da reconstrução pelas várias e difíceis operações de síntese.

IV. — HISTORIOGRAFIA E ARTE LITERÁRIA.

Aqui levanta-se uma vez mais o velho problema das relações da ciência da história com a arte da literatura e os sistemas de valores criados pela filosofia. Resumirei as minhas idéias, sem recapitular a história do problema. Tal recapitulação não era oportuna, nem era fácil nestas minhas atuais circunstâncias. Contentar-me-ei com expor a conclusão, a que me levaram alguns preclaros mestres: Lacombe, Langlois e Seignobos, Bédier, Berr, Croce, Bourdeau, Bernheim, Altamira, Ballesteros e Garcia Villada.

O trabalho historiográfico íntegro é inevitavelmente ciência, arte literária e avaliação filosófica. Predomina a atitude científica nas operações analíticas ou na fase heurística; predomina a atitude artística e valorativa nas operações sintéticas ou na fase em que se constrói e transmite a visão final do historiador.

O investigador histórico principia por escolher e inventariar os seus materiais documentares e bibliográficos. Em muitos casos, nas suas explorações limiares, tem de remontar a tarefas de arquivista e bibliógrafo. Deve, por isso, ser perito nas ciências auxiliares, as quais a respeito das épocas remotas usurpam um lugar excessivo na construção da história: filologia, paleografia, diplomática, sigilografia ou esfragística, epigrafia, numismática, iconografia, cronologia, heráldica, toponímia, bibliografia, etc. Necessita de superior sentido crítico para medir a solidez ou autenticidade desses materiais proporcionados pelas suas explorações arquivísticas ou já divulgados em coleções documentares. Encontra-se assim em frente duma série de testemunhos, de documentos ou provas de vários sucessos, rastos de pessoas, contas soltas dum longo rosário, cujo fio se perdeu para sempre. Reduziu as suas aquisições a uma tabela de efemérides, mas vê que imensos abismos quebram a seqüência

daquele fluir de vida, que foi vida, mas agora é só um punhado de papéis e datas. Para perceber e fazer perceber, o historiador tem de reconstituir ou de propor uma reconstituição, a sua, do longo rosário dos sucessos. Ao sentido crítico para apurar a parte inconcussa dos testemunhos tem de aliar um discreto espírito dedutivo para estabelecer as filiações causais e completar na medida possível êsses espaços intervalares que separam os dados certos ou aceitáveis da indução indireta — espírito dedutivo muito discreto, porque nada há mais perigoso em historiografia que as liberdades da dedução. Para o reconhecer bastará lembrar como enganam na vida de cada dia as presunções aparentemente mais prováveis.

Sobre êsses materiais o historiador tem de exercer um grande esforço de penetração psicológica para desmascarar as simulações e os disfarces sociais, e surpreender o móbil verdadeiro. E tem, ao cabo, de nos apresentar a sua visão panorâmica dos sucessos, a grande pintura do quadro. E' a hora da imaginação, dos dotes de síntese, da dramatização moral e da expressão artística. Só então o passado morto ressuscita através dum grande espírito, que o fazer a outros espíritos necessitados de idéias e juízos, de quadros e visões do passado da sua espécie, do seu grupo social, da sua classe. O historiador organiza e conduz a memória da espécie, é o nosso *leader* para os valores do passado, como o condutor político para as perplexidades presentes. E se o não é, não faz história, carrega materiais, apresenta comunicações em congressos e sociedades eruditas, propõe retoques à visão comum ou de outrém e conta anedotas.

Êste pouco, já dito, é bastante para se assinalar a presença da filosofia num papel muito superior ao das ciências auxiliares. O seu papel é verdadeiramente formador da historiografia, como outrora fôra formador da própria história viva. Ao combinar, interpretar e apresentar os acontecimentos, o historiador tem de os referir ao quadro dos valores morais e à concepção da vida que dirigia os atores do drama; e ao julgá-los e condensá-los em idéia guiadora orienta-se já pela sua própria filosofia da vida ou pelo dos seus contemporâneos, da pátria, da religião ou dos ideais que deseja servir. Não há história filosoficamente pura, como não há na natureza água quimicamente pura.

A ressurreição histórica (não confundir com romantização ou romanceamento) é pessoal e, por tanto, contingente, mas é o almejado ponto de chegada do trabalho historiográfico. A prova irrefragável do caráter pessoal dessa ressurreição está nesta experiência: proporcione-se o mesmo material documentar a uma dúzia de historiadores e veja-se como êles chegam a doze interpretações da mesma série de sucessos, correspondentes às suas tendências artísticas e às suas concepções da vida. A prova irrefragável da neces-

sidade da visão histórica para qualquer plano de vida está nesta verificação: tôdas as políticas são ou fielmente historicistas ou rabiosamente anti-históricas. Apontarei já como nestes decênios do século XX a historiografia e a política de Portugal se entre-influíram.

Só quando atinge essa zona de contingência é que o historiador o é verdadeiramente, porque o seu escopo essencial é transmitir a sua visão dum grande ou pequeno quadro, revolução, guerra, crise econômica, intriga diplomática, grande aventura nacional, vida grandemente vivida... Ciência e arte do singular, a historiografia, se se contentasse com apurar fatos soltos, ainda que incontroversos, recairia no saber vulgar, inorgânico e fragmentário. As suas ambições são diversas das da história natural ou das ciências exatas, mas existem e não são pequenas: incorpora as suas conquistas em perspectivas ou panoramas, vastos quadros, que de comparação em comparação, de retoque em retoque, levam à história universal, às generalizações da sociologia, da psicologia, da filosofia da história.

Dêste caráter anfíbio da historiografia derivam duas consequências:

1.^a — O doseamento entre a ciência de apurar as fontes documentais e a arte de as apresentar em reconstituição total determina uma grande variedade de gêneros e sub-gêneros históricos, desde a simples monografia documentar, sem nenhuma arte, ao velho romance histórico inventado por Walter Scott e às novas biografias romanceadas, inventadas entre as duas Grandes Guerras, com pouca ciência e muita literatura má.

2.^a — A historiografia pede uma crítica também bilateral: científica e literária. Ao seu aspecto literário é aplicável quanto se tem concluído em metodologia da crítica. Mas no aspecto científico a condição única é que seja exercida por outro especialista, em dia com o estado dos problemas e as suas fontes documentais. Portugal teve um bom crítico da história em Luiz Garrido (1841-1882). E' uma crítica bem difícil. Por vêzes é exercida separadamente, em cada uma das suas fases. Também sucede que na carreira da obra historiográfica os dois aspectos sigam destinos diversos. Isso se verifica com os antigos, Xenofonte, Tucídides, Tito Lívio, Tácito, e, entre nós em certa medida, com João de Barros, Lucena, Fr. Luiz de Sousa, Freire de Andrade e já com Oliveira Martins. Desvalorizaram-se ante os progressos da ciência histórica mas o aspecto artístico, a interpretação psicológica, o que os autores puseram do seu próprio espírito na obra subsiste intacto no aprêço público.

V. — J. LÚCIO DE AZEVEDO.

Ora, de todos os nomes apontados — os que situei nos primeiros decênios do século e acudiram ao meu chamamento juvenil,

e os que estão memorados na página de Azevedo sobre a vida íntima da Torre do Tombo —, excetuando os grandes historiadores sociais, como Gama Barros e Costa Lobo, foi J. Lúcio de Azevedo o mais poderosamente dotado, porque manteve um equilíbrio sábio entre as duas condições da construção histórica. Revolveu com maestria grandes massas documentares, mas foi também um feliz realizador de fiéis filmes históricos. Partindo de uma monografia sobre o comércio do Pará, onde fazia então a sua vida, encontrou os jesuítas e a sua ação social, o Pe. Antônio Vieira, o Marquês de Pombal, os israelitas e a complexa vida econômica da nação. De tudo isso nos deu vastos quadros e interpretações. O seu grande sentido da realidade ajudou-o a penetrar a vida moral e a luta econômica, mas também alguma vez o seu positivismo a terá limitado. Auto-didata digno de hobrear com Herculano e Oliveira Martins, desconheceu o pedantismo e não sacrificou a prejuízos de classe ou partido.

VI. — MEMORIALISMO.

Depois de 1910, o desenvolvimento dos estudos históricos em Portugal faz-se predominantemente sob o estímulo da emoção política e nacional: revolução e contra-revolução, centenários e comemorações.

Logo a seguir ao advento do regime republicano houve um ciclo de memorialismo político. Júlio de Vilhena, Teixeira de Sousa, Dantas Baracho, mais tarde João Franco, Antônio Cabral e outros homens de Estado quiseram recordar e justificar os seus passos naqueles dias agitados. Esses livros, principalmente o de João Franco, determinaram viva controvérsia em folhetos e artigos, mas os sentimentos de partido não impediram uma clarificação mais justa da figura de El-Rei D. Carlos. Em tempos mais tranqüilos, Júlio de Vilhena, que polemizara sobre filosofia da história com Oliveira Martins e Antero de Quental, repôs na tela da discussão o reinado de D. Pedro V — o soberano que foi quase gênio e quase santo.

Menos apaixonadamente política foi a curiosidade que despertou a publicação das *Memórias do Marquês de Fronteira, D. José Trasmundo Mascarenhas* pelo Dr. Campos de Andrada. Um dia visitamos juntos, Andrada e eu, o Palácio Fronteira em S. Domingos de Bemfica, um delicioso logradouro que foi cenário de romances episódios da história pátria. A sua coleção de manuscritos impressionou-me fortemente. Pedi e obtive que o meu erudito companheiro, amigo do atual proprietário, Sr. Conde do Torrão, desse notícia daquele tesouro da *Revista de História*, e exortei-o a publicar alguns códices importantíssimos, como a *Ementa da Casa da*

Índia, o Livro das Fortalezas do Reino e a Correspondência de Pedro d'Alcaçova Carneiro. Mas o Dr. Campos de Andrade estava enfeitado pelas *Memórias do Marquês de Fronteira* — que efetivamente editou com excelente êxito. A obra tem seu pitoresco de aventura e de humorismo, e traz à cena grandes figuras e grandes episódios. Suscitou o gosto pelas memórias. Joaquim de Carvalho, na Imprensa da Universidade de Coimbra, animou-o. Apareceram logo as do Conde do Lavradio, de Aragão Morato, de D. Luiz da Cunha, da Marquesa do Rio Maior, de Melo Breiner... Outro estudioso, sr. Melo Matos, revelou a existência de valiosos manuscritos memoriais, que dormiam pelas bibliotecas públicas e particulares.

As memórias biográficas são história por coincidência. O seu objetivo substancial é a justificação ou a desculpa, o engrandecimento ou a apologia pessoal, quando muito a pintura da paisagem humana de uma época, mas descentrada, vista de um ângulo de interesses e emoções singulares. As que valem são principalmente as que logram pintar uma original imagem da vida, suas conclusões e seus ensinamentos, ainda quando o memorialista não haja desempenhado principais papéis em primaciais cenários. Então valem precisamente pelo que de anti-histórico encerram: as deformações e sobre-posições da perspectiva, a hierarquia dos valores, a espontânea eliminação do acessório, o seu conteúdo psicológico ou filosófico.

VII. — CENTENÁRIOS DE CEUTA E AFONSO DE ALBUQUERQUE.

O 5.º Centenário da Tomada de Ceuta em 1415, início da nossa expansão, e o 4.º Centenário da morte de Afonso de Albuquerque, figura culminante desse imperialismo, tiveram uma celebração restritamente científica, promovida pela Academia das Ciências de Lisboa. O Estado projetou associar-se, mas a crise política impediu esse bom desígnio. Ainda então o velho e glorioso instituto do Duque de Lafões não juntara à sua tradição de trabalho beneditino o gosto das solenidades com muita liturgia e muita oratória. Chegara a tornar-se suspeita ao mundo oficial por esse distanciamento aristocrático. Tive de quixotesca defender no opúsculo *O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa, 1779-1915*. O Estado começava a mostrar preferência por uma sociedade rival, quase homônima, já hoje morta.

As publicações motivadas nos dois centenários são fiéis à sua ortodoxa tradição. Esteves Pereira deu-nos uma primorosa edição da *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Zurara; David Lopes revelou-nos os *Anais de Arzila*, de Bernardo Rodrigues, cronista do século

XVI, assim incorporado à história literária; Corrêa Pinto pôs em português a crônica latina de Mestre Mateus Pisano; Pedro de Azevedo coligiu os documentos das Chancelarias Reais até 1530, referentes a Marrocos; Vieira Guimarães biografou alguns grão-mestres da Ordem de Cristo; Dornelas editou outra crônica da conquista de Ceuta, a de Jerônimo de Mascarenhas, José Maria Rodrigues publicou os registros da Sé de Tanger, da época do domínio português; Lopes de Mendonça concluiu a impressão das *Cartas* de Afonso de Albuquerque; e Antônio Baião desenterrou novos documentos biográficos sobre este imortal conquistador da Índia.

Como se vê, Marrocos prevaleceu sobre o Oriente na atenção dos sábios acadêmicos. Em breve, eruditos estrangeiros se associavam a este estudo da longa e sempre lembrada ocupação portuguesa do território marroquino: Conde de Castries, Pierre de Ceval, Goulven, Robert Ricard.

O volume, dirigido pelo Dr. Rodrigues, foi sugerido por outro de Mr. Prestage sobre a Freguesia de Santa Cruz do Castelo, de Lisboa. Foi este ilustre lusitanisante quem nos fez ver toda a importância histórica dos registros paroquiais e iniciou a sua publicação.

VIII. — JOAQUIM BENSAUDE.

Em 1912, agora por impulso de pura curiosidade científica, iniciava-se a reforma dos estudos sobre os descobrimentos geográficos dos portugueses nos séculos XV e XVI. É a obra de Joaquim Bensaude, *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, que o Instituto de França premiou. Constituiu um prólogo à reprodução fac-similada de textos da ciência náutica dos descobrimentos, ordenada pelo governo de Portugal; três regimentos do astrolábio; o *Almanack Perpetuum*, de Zacuto; a *Arte de Marear*, de Faleiro; o *Tratado da Esfera*, de Pedro Nunes; o *Repertório dos Tempos*, de Valentim Fernandes.

Era uma revolução no estudo da maior façanha da história portuguesa, que é também um momento decisivo da história universal. O 2.º Visconde de Santarém, nestes anos muito lembrado por publicações dum neto benemérito, havia posto em relevo o papel da cartografia portuguesa nas navegações e na difusão de novas notícias geográficas. Oliveira Martins havia salientado com realismo, o fator econômico. E alguns roteiros, editados por Herculano, Andrade Corvo, Floque, Epifânio e Gabriel Pereira, e os *Trabalhos Náuticos*, de Sousa Viterbo, chamaram a atenção para a técnica da navegação e para os seus peritos, como D. João de Castro, Duarte Pacheco Pereira, Pe. Fernão de Oliveira. Mas Bensaude vinha sistematizar a aparelhagem científica dessas explora-

ções oceânicas, referindo-a principalmente à orientação e estabelecendo uma fase portuguesa entre o saber náutico herdado dos velhos árabes e o dos novos árabes encontrados por Vasco da Gama na sua primeira travessia do Oceano Índico. Ampliaram-se grandemente as idéias. Constituiu-se um método novo, que sucessivamente foi atraindo adeptos de altura: Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite, Gago Coutinho (o querido Almirante, que tem outros títulos maiores à celebridade), Antônio Barbosa, Quirino da Fonseca, Fontoura da Costa, Jaime Cortesão. Este último autor organizou as conclusões das suas investigações parcelares numa *Teoria Geral*, que ajuda grandemente a compreender e conexas os episódios das navegações e os atos da diplomacia e da administração dos reis.

Os descobrimentos geográficos dos portugueses foram uma grande aventura pela sua novidade e pela sua audácia, mas foram também a segura execução dum plano nacional, gradualmente definido, em que se concentraram tôdas as energias econômicas, morais e mentais do pequeno povo. O reconhecimento litorâneo e interno dos continentes e o devassar dos mares, que os ligavam, foi feito com lentidão, mas com firmeza; não foi uma seriação de acasos (nem no achamento do Brasil), mas obrigou a uma constante política de dissimulação para ocultar as aquisições de rotas e terras, e também as ciências e técnicas novas da navegação: arquitetura naval, cartografia, astronomia náutica, meteorologia, oceanografia, geografia e administração colonial. . . E' crível que o sigilo dos historiadores não fôsse todo deliberado e que uma parte do nosso desconhecimento por séculos fôsse consequência da concepção cronística e marcial da história, em que essas coisas não eram valores consideráveis, como não eram a literatura e as outras artes.

Desvendar êsse sigilo, seja ou não voluntário na sua totalidade, é o objetivo dessa grande renovação historiográfica.

Foi de certo esta agitação de idéias que sugeriu aos bons portugueses do Brasil comemorar o 1.º centenário da independência deste país com a oferta duma opulenta *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. A obra é bem conhecida de brasileiros e portugueses do Brasil, muitos dos quais, designadamente o sr. Albino de Sousa Cruz, lhe deram o seu mais solícito espírito de organização e os seus cabedais. Visava ela a aplicar ao descobrimento do Brasil, ao seu reconhecimento gradual e à sua colonização as novas idéias e o novo método.

Infelizmente ficou incompleta, sem deixar de sofrer de certa prolixidade. Não havia em Portugal especialistas da história da colonização; e os do Brasil, para os quais êsse aspecto marginal da nossa história é a própria substância da sua história pátria, não dispunham do acervo documentar de Portugal. A história das ban-

deiras de penetração e da exploração mineira está dormindo entre os papéis do velho Conselho Ultramarino. A obra é, pois, acen- tuadamente uma história do descobrimento até à instituição do primeiro govêrno geral, com grande ostentação dêsse saber novo, acompanhada de algumas monografias sôbre o pau brasil, sôbre o aspecto jurídico da posse e sôbre a capitania de Pernambuco. Não se chegou a reconstituir a formação geográfica e humana do Bra- sil, nem se chegou a corrigir erros de fato e erros de juízo, que inçam os manuais escolares. Do muito que há a fazer nesse can- dente campo de revisão dos juízos históricos são exemplos obras como as de Ernesto Ennes sôbre a Guerra dos Palmares, de Américô de Moura sôbre o Morgado de Mateus, de Ferreira Reis acêr- ca da política de Portugal no Vale Amazônico.

IX. — NACIONALISMO E REAÇÃO.

Creio que foi por entre as páginas dessa obra monumental que nasceu a exaltação nacionalista da nossa moderna historiogra- fia, a qual se encontra com a reformação política dos juízos da crí- tica liberal do século XIX. Primeiro foi puro ensaismo, organiza- ção de uma ideologia revisionista, como base duma política tradi- cionalista e autoritária. Os temas eram alguns grandes dramas da nossa história, mais a sua matéria passional que o seu interêsse hu- mano: o lúgubre reinado de D. João III, o do Santo Ofício; a ve- sania heróica de D. Sebastião; a ditadura ilustrada de Pombal e a sua luta de morte com a nobreza e os jesuítas; o período claro- escuro de D. Maria I; a fuga de D. João VI; o martírio de Gomes Freire; D. Pedro IV e D. Miguel; Carlota Joaquina; o assassinio do Marquês de Loulé; João Franco e o regicídio... Foi a fase de Antônio Sardinha, que muito polemizou com os vivos e com os mortos, e que teve a rara ventura de presenciar a imediata resso- nância das suas idéias — mais oportunas ante a oscilação das emo- ções políticas do que verdadeiras ante o quadro dos valores abso- lutos, com que se julgam os atos dos homens e a sua influência.

As vêzes sucedia que os temas, trazidos à barra da discussão pelo revisionismo partidário, tentavam também espíritos estranhos à pugna e recebiam luz nova. Foi o que se viu com o rei D. Se- bastião nas mãos de Queiroz Veloso e com o infante D. Miguel nas mãos de Oliveira Lima, historiadores de grande objetividade.

Veio depois a fase da investigação documentar para recons- tituir o panorama da história nacional à luz dessas idéias. Pimenta, Ameal, Beirão, Cavalheiro, Passos, Vieira de Castro. Neste grupo, operoso e batalhador, Caetano Beirão é quem ostenta mais equi- librada compleição de historiador — parcial quanto ao ponto de vista doutrinário que milita, mas austeramente imparcial no apu-

ramento dos fatos. E' também essa a posição respeitável dos dois historiadores oficiais da Companhia de Jesús em Portugal e no Brasil, Pes. Francisco Rodrigues e Serafim Leite. Naturalmente, para mim, europeu, é a história dos jesuítas em Portugal que reveste interêsse maior pela imponência do cenário social e pelo seu papel em sucessos do primeiro plano da nossa história. O Pe. Francisco Rodrigues está à altura da matéria pela nobreza serena do seu espírito, como o Pe. Luiz Gonzaga de Azevedo, medievista ilustre, foi um crítico de Herculano, digno do criticado.

O regime autoritário oficializou as idéias da escola revisionista: impô-las pelo ensino, premiou-as em concursos literários e deu-lhes um lar, a restaurada Academia de História, de D. João V. Mas o revisionismo já topou em obstáculos: os da revisão da revisão, Sérgio de Sousa ou a dúvida cartesiana, Carlos Olavo ou a crítica liberal, que ressuscita.

O leitor futuro poderá pronunciar os seus laudos com mais confiança, porque chegará depois de um largo debate entre as partes. A historiografia liberal sancionou as valorizações coletivas, que são as que dirigem a história viva, mas não pode eximir-se a alguns prejuízos do partido vencedor. E a historiografia reacionária, invertendo os sinais às operações, impregnou-se do espírito do partido, outrora vencido, mas também não deixou de proporcionar novos e consideráveis dados para uma visão mais ampla e mais isenta.

X. — EDIÇÕES MONUMENTAIS.

Ainda de propósito comemorativo foi a grande *História de Portugal*, dirigida pelo meu condiscípulo Damião Peres, que pôde realizar com superior senso organizador a idéia que também eu acalentara um momento e chegara a lançar na imprensa de Lisboa, em março de 1927, para celebrar o 8.º centenário da nacionalidade, que se cumpria no ano imediato. Cheguei a contratar editor e a requerer ao govêrno algumas isenções. A ausência do país impediu-me de mais fazer.

Como corpos modernos de síntese integral da história pátria, tínhamos a obra de Pinheiro Chagas, continuada por Barbosa Colen, Barros Gomes e Alfredo Gallis (!); e a de Schaeffer, traduzida por Pereira de Sampaio (Bruno) e continuada por José Agostinho. Um especialista de história eclesiástica, Fortunato de Almeida, propôs-se substituí-las, mas a sua nova *História de Portugal* é muito desigual cientificamente e muito desleixada no aspecto literário; vale para os séculos antigos, enquanto condensa os trabalhos dos nossos grandes medievistas, mas é apressada e tendenciosa para os séculos modernos. A obra dirigida por Damião Peres foi a primeira *História de Portugal*, construída por um pugilo de

redatores especializados ou capazes de especialização. Tem capítulos de equilibrada síntese e tem outros de investigação nova, quase monografias destacáveis, e tem outras ainda de simples recapitulação de coisas correntes. E' muito difícil irmanar em concepções, métodos e capacidades muitas penas, sem uma grande exigência científica no ambiente e uma grande severidade na direção. Sem ser perfeita, a obra realizada pela perseverança de Damião Peres ergue-se no panorama da nossa historiografia contemporânea como uma das suas mais belas construções.

O gôsto das grandes obras de síntese em edições monumentais, a cargo de vários redatores, difundiu-se. Seguiram-se a *História do Regime Republicano*, coordenada pelo editor Montalvor, a *História da Expansão Portuguêsa no Mundo*, concebida por Manuel Múrias, que já promovera um congresso internacional sôbre essa vasta matéria, e a da literatura, dirigida por Forjaz de Sampaio... A de Múrias, com séria adução de notícias e documentos novos e um grande equilíbrio na sua composição, filia-se ainda na corrente iniciada por Bensaude e supre, quanto ao Brasil colonial, alguns capítulos que não chegaram a aparecer na *História da Colonização*.

XI. — OUTROS SETORES.

E' óbvio que êste movimento de curiosidade histórica havia de transcender os limites do drama político e da aventura geográfica, e atingir setores afins; o direito com Merêa e Moncada, a medicina com Maximiano de Lemos, Ricardo Jorge, Hernani Monteiro e Arlindo Monteiro, e a história geral da ciência e da técnica pelos especialistas filiados na Academia Internacional de História das Ciências e grupados depois em tórno da revista *Petrus Nonius*, obra do nobre entusiasmo do Dr. Arlindo Monteiro.

Ainda outro departamento de nossa história se renovou nestes anos, tão completamente como o dos descobrimentos: a arte. De Sousa Viterbo, inolvidável explorador dos arquivos portuguêsês, e de Joaquim de Vasconcelos, importador de métodos científicos, parte um precioso filão. José Figueiredo, todos os colaboradores dos *Subsídios para a História da Arte Portuguêsa*, publicados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, os editôres de luxuosas monografias e o Estado, com seu inteligente plano de restauração dos monumentos nacionais (5), reuniram contribuições decisivas para a grande obra de reintegração e revalorização da arte portuguêsês. Alguns críticos estrangeiros participaram dêsse movimento, sobretudo reforçando o fator moral da confiança na origi-

(5). — V. *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*.

nalidade e riqueza do nosso patrimônio artístico. O ponto de chegada, após laboriosas pesquisas e ardidias campanhas de crítica, poderia ser a incomparável antologia, organizada pelo Prof. Reinaldo dos Santos, *Os Primitivos Portugueses (1450-1550)* que se não percorre sem uma profunda emoção, porque essa escola portuguesa de pintura leva-nos às intimidades da alma nacional, no seu grande século, como os retratos de El Greco ao esplendor dos Áustrias.

As comemorações históricas de 1940 deram, naturalmente, motivo a numerosos e valiosos trabalhos historiográficos, em que predominam alguns dos aspectos já assinalados: a atividade descobridora, a ciência náutica, a história da arte, a crítica revisionista, a diplomacia da Restauração e a opulência gráfica. Algumas vezes a atenção erudita desceu dos tempos heróicos para a colonização africana e americana posterior. Uma aristocrática ostentação de pergaminhos, de memória orgulhosa e gosto requintado.

XII. — A “CULTURA INTERVALAR”.

E agora uma curiosidade, que poderá ajudar a classificar valores: como se articula esta historiografia ao ambiente geral, cronologicamente como incidente, da “cultura intervalar?” Chamo assim à cultura que brotou no intervalo das duas guerras, a Grande e a Grandíssima, cultura inçada de equívocos ideais e formais, porque é o retrato duma civilização em mudança para metas que se não sabe ou se não quer discernir: os vanguardismos efêmeros e improdutivos como as borboletas que morrem sem desovar; o teatro cinemático de bonifrates humanos; o romance de negação da autonomia da vida interior; as biografias romanceadas; as ideologias políticas, improvisadas para disfarçar e legitimar o eclipse da liberdade.

A esta atmosfera intervalar de valores provisórios se articula esta historiografia pela filosofia política do setor do revisionismo, o grupo dos adaptadores da doutrina da *Action Française* e por esse sub-gênero da biografia novelada: Raul Brandão com seus *Junot e Gomes Freire*; Osório de Oliveira com seu *Garrett*; Teixeira Pascoais com seus *S. Paulo, S. Jerônimo e Napoleão*; e um pouco Rocha Martins com todas as figuras de atuação dramática na história moderna do país. São obras em que por vezes cintila uma penetrante intuição moral ou que empolgam a atenção do leitor, como se romances fôsem, mas que se apartam infinitamente da historiografia de base científica, sem nunca chegarem a ser ensaísmo ou filosofia da história ou pura arte literária. A emoção artística, para durar, exige pureza na estrutura interna do gênero literário e confiança no leitor, que desadora achar facilmente os arti-

fícios e arbitrariedades da composição. Cada gênero tem um núcleo interno de resistência que é a sua porção de absoluto (6). Tais obras são história, mas por certo história do espírito de cada autor, da ordenação das suas próprias idéias sobre cada personagem e cada época. Isso mesmo confessa, de algum modo, Maurois, um dos corifeus do híbrido sub-gênero (7).

XIII. — CONCLUSÃO.

E' tempo de concluir êste apressado roteiro, que só seria útil como prólogo a uma bibliografia da época ou como palestra peripatética através de uma exposição livresca. Concluir — acabar; concluir — deduzir um escólio; e concluir — fechar-se, moderar-se pelo menos êste pendor historicista, que tem seus riscos, se influi demasiado sobre a política e a educação. Assim pensa quem em 1910 advogava por êsse mesmo historicismo. Bizâncio e a China exemplificam-nos os excessos de reflexão voluptuosa sobre um passado glorioso, quando asfixia a inspiração criadora. A preferência dos aspectos extintos da história portuguesa, Marrocos e a Ásia, sobre a sua zona viva, a América, já me parece um princípio de bizantinismo. Mas as gerações moças regressam ao gosto das idéias, volvendo a vontade de recuperação do tempo ido em vontade de projeção para o futuro. Já sopram ventos noutras direções cardiais. Seja, porém, qual fôr o halo doutrinário ou a preferência implícita, o labor acumulado pela historiografia portuguesa nestes últimos decênios proporcionará novo e rico material às reflexões da sociologia e da filosofia da história, a respeito dum grupo humano, nem sempre muito lembrado pelos pontífices internacionais dessas disciplinas.

Pela dispersão geográfica da sua matéria, pelo seu extenso alcance cronológico, pela variedade dos seus pontos de vista doutrinários, pelo saber que ostenta, pelo seu significado humano como reconstituição ou decifração dum dos grandes milagres da ação dos homens — a historiografia portuguesa do século XX honra a inteligência e documenta à saciedade o indestrutível idealismo do caráter lusitano. Um idealismo que crê o mundo governado pelas idéias puras e, por isso, a cada passo sofre ante as grosseiras encarnações delas e cai na severidade crítica. Um argueiro é sempre um cavaleiro. . . Um idealismo que leva um povo pobre a dissipar fidalgamente as forças melhores da sua inteligência na tarefa cultural de reintegrar o seu passado, preferindo servir as solicitações da sua consciência histórica e revalorizar o seu patrimônio de espírito, arcaisante embora, a enfrentar os pequenos problemas de-

(6). — V. *Últimas Aventuras*, págs. 215-224.

(7). — V. *Aspects de la Biographie*, 1928.

cada dia. Em 1940 os refugiados da Guerra, ainda atônitos de pavor, mal saídos de traumatismos morais inoportáveis, com os nervos e os ouvidos cheios de aviões e “tanks”, foram cair, ao chegar a Lisboa, em plenas comemorações históricas, cortejos e exposições. Outro planeta ou outro século, como nos filmes e revistas de teatro, em que se explora o cômico do anacronismo... Como tantas vezes me tem sucedido nessa terra estremecida, para mim sempre o centro do mundo, discordo e admiro.

O orgulhoso nacionalista suscitou alguns reparos da crítica universal; e a intolerância partidária, inevitável num pequeno ambiente agitado por grandes sentimentos, não deixou de inquinar um ou outro autor com malquerenças e competições. E' ainda idealismo em forma doentia; descurar o grangeio burguês do pão, mas bater-se com fúria pelos problemas da prosápia nacional ou por caras convicções e inabaláveis juízos históricos. A disputa sôbre a identificação das personagens dos trípticos de Nuno Gonçalves produziu azedas polémicas, um poema satírico e um suicídio...

Tais sarros não-de soltar-se das paredes do grande edifício do saber, perderão o seu sentido ocasional, como as caricaturas políticas, e deixarão que êle se desenhe nos céus em tôda a sua vastidão esplêndida. Uma vez mais se confirmarão as lições da história; a vida é movimento e adaptação incessante a estruturas novas; a historiografia explica e interpreta a tradição, mas não a cria; tradição é só o que vive na memória e no sangue dos homens e não o que a erudição acorda e louva; as estruturas do convívio humano são precariamente circunstanciais, servem sempre de algum modo a causa da dignificação do homem, se correspondem a uma vaga renovadora da cultura — cultura como sistema de ideais, valores e gostos condutores — mas tendem a prolongar a sua existência, mesmo quando cessaram as suas iniciais determinantes.

Como português, que tem por benvindo quanto enriqueça o patrimônio nacional, a todos êsses obreiros do saber, seja qual fôr a sua tendência doutrinária ou o seu gosto político, a todos envolvo na minha gratidão e no meu respeito, porque todos elevaram a personalidade moral da Pátria e lhe corroboraram a consciência histórica.

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Professor de Literatura Portuguêsa da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.